RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

ENTRE A RESISTÊNCIA E O CUIDADO: SOFRIMENTO PSÍQUICO E PRÁTICAS COLETIVAS DE SOBREVIVÊNCIA EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

BETWEEN RESISTANCE AND CARE: PSYCHOLOGICAL SUFFERING AND COLLECTIVE PRACTICES OF SURVIVAL IN PERIPHERAL TERRITORIES

ENTRE LA RESISTENCIA Y EL CUIDADO: SUFRIMIENTO PSÍQUICO Y PRÁCTICAS COLECTIVAS DE SUPERVIVENCIA EN TERRITORIOS PERIFÉRICOS

Murilo Leonardo da Cunha
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA), Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil.
Discente do curso de Bacharelado em Psicologia.
E-mail: murilo_vitoria@yahoo.com.br

Allyne Evellyn Freitas Gomes
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão

(UNIVISA), Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil.
Mestre em Psicologia Cognitiva UFPE e docente do curso de Bacharelado em Psicologia.
E-mail: allyne.gomes@univisa.edu.br

Resumo

Este artigo analisa como o sofrimento psíquico em territórios periféricos é produzido e atravessado por desigualdades estruturais, bem como as formas pelas quais comunidades constroem estratégias coletivas de cuidado, pertencimento e resistência. A partir de uma revisão bibliográfica narrativa de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, o estudo articula contribuições da Psicologia Social Crítica, da Saúde Coletiva e dos estudos interseccionais para compreender os processos de subjetivação marcados por raça, classe e gênero. Os resultados indicam que o sofrimento psíquico está fortemente associado a determinantes sociais como violência urbana, racismo estrutural, pobreza, exclusão social e insegurança alimentar. Tais fatores impactam diretamente as condições de vida e saúde mental das populações periféricas, produzindo vulnerabilidades e formas de sofrimento coletivo. No entanto, também se evidenciam práticas comunitárias de cuidado que emergem nesses territórios, tais como coletivos culturais, associações de moradores, movimentos de mulheres, cozinhas solidárias, redes religiosas e iniciativas de educação popular. Essas redes

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

configuram tecnologias sociais de cuidado que fortalecem vínculos, promovem pertencimento e ampliam possibilidades de enfrentamento das adversidades cotidianas. O estudo aponta ainda que tais práticas contribuem para a produção de subjetividades mais coletivas, baseadas em solidariedade, reconhecimento e resistência. Conclui-se que o sofrimento psíquico deve ser compreendido como fenômeno social, enquanto o cuidado comunitário se apresenta como dimensão fundamental de resistência e produção de vida em contextos marcados por desigualdades. O estudo reforça a importância de políticas públicas intersetoriais e da atuação da Psicologia Social comprometida com a justiça social e os direitos humanos.

Palavras-chave: sofrimento psíquico; territórios periféricos; psicologia social crítica; cuidado comunitário; desigualdades sociais.

Abstract

This article analyzes how psychological suffering in peripheral territories is produced and shaped by structural inequalities, as well as how communities develop collective strategies of care, belonging, and resistance. Based on a qualitative, exploratory-descriptive narrative literature review, the study integrates contributions from Critical Social Psychology, Public Health, and intersectional studies to understand subjectivity processes marked by race, class, and gender.Results indicate that psychological suffering is strongly associated with social determinants such as urban violence, structural racism, poverty, social exclusion, and food insecurity. These factors directly impact the living conditions and mental health of peripheral populations, producing vulnerabilities and forms of collective suffering. However, community-based care practices also emerge in these territories, including cultural collectives, neighborhood associations, women's movements, solidarity kitchens, religious networks, and popular education initiatives.These networks function as social technologies of care that strengthen social bonds, foster belonging, and expand coping strategies in everyday adversity. The study further suggests that such practices contribute to the production of more collective subjectivities, grounded in solidarity, recognition, and resistance. It concludes that psychological suffering must be understood as a social phenomenon, while community care represents a fundamental dimension of resistance and life production in contexts marked by inequality. The study highlights the importance of intersectoral public policies and of Critical Social Psychology committed to social justice and human rights.

Keywords: psychological suffering; peripheral territories; critical social psychology; community care; social inequalities.

Resumen

Este artículo analiza cómo el sufrimiento psíquico en territorios periféricos es producido y atravesado por desigualdades estructurales, así como las formas en que las comunidades construyen estrategias colectivas de cuidado, pertenencia y resistencia. A partir de una revisión bibliográfica narrativa de enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, el estudio articula aportes de la Psicología Social Crítica, la Salud Colectiva y los estudios interseccionales para comprender los procesos de subjetivación marcados por raza, clase y género.Los resultados indican que el sufrimiento psíquico está fuertemente asociado a determinantes sociales como la violencia urbana, el racismo estructural, la pobreza, la exclusión social y la inseguridad alimentaria. Estos factores impactan directamente en las condiciones de vida y la salud mental de las poblaciones periféricas, generando vulnerabilidades y formas de sufrimiento colectivo. Sin embargo, también se evidencian prácticas comunitarias de cuidado que emergen en estos territorios, tales como colectivos culturales, asociaciones de vecinos, movimientos de mujeres, cocinas solidarias, redes religiosas e iniciativas de educación popular.Estas redes funcionan como tecnologías sociales de cuidado que fortalecen los vínculos sociales, promueven el sentido de pertenencia y amplían las estrategias de

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

afrontamiento frente a las adversidades cotidianas. El estudio señala además que estas prácticas contribuyen a la producción de subjetividades más colectivas, basadas en la solidaridad, el reconocimiento y la resistencia. Se concluye que el sufrimiento psíquico debe ser comprendido como un fenómeno social, mientras que el cuidado comunitario se presenta como una dimensión fundamental de resistencia y producción de vida en contextos marcados por desigualdades. El estudio destaca la importancia de políticas públicas intersectoriales y de una Psicología Social comprometida con la justicia social y los derechos humanos.

Palabras clave: sufrimiento psíquico; territorios periféricos; psicología social crítica; cuidado comunitario; desigualdades sociales.

1 Introdução

O Brasil é marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais que historicamente estruturam as relações sociais e influenciam diretamente as condições de vida da população. A concentração de renda, o racismo estrutural, as desigualdades de gênero e a segregação socioespacial contribuem para a manutenção de contextos de vulnerabilidade que afetam, de maneira mais intensa, os moradores de territórios periféricos urbanos. Esses espaços, frequentemente associados à precarização dos serviços públicos, à violência, ao desemprego e à insegurança alimentar, também são cenários de produção de vínculos comunitários, solidariedade e organização coletiva, revelando dinâmicas que ultrapassam a perspectiva da carência e evidenciam práticas de resistência e cuidado (Akotirene, 2019; Butler, 2021; Collins,2021).

Sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica, o sofrimento psíquico não pode ser compreendido apenas como uma manifestação individual ou decorrente de fatores biológicos. O comportamento humano é fortemente influenciado por contextos sociais (ARONSON; ARONSON, 2023). Trata-se de um fenômeno produzido nas relações sociais, atravessado por determinantes históricos, políticos, culturais e econômicos que influenciam os processos de subjetivação dos indivíduos (Lane, 2006; Martín-Baró, 2017). Assim, experiências cotidianas de discriminação, violência, exclusão social e negação de direitos repercutem na saúde mental das populações periféricas, produzindo sentimentos de medo, desesperança, insegurança, ansiedade e adoecimento emocional. Entretanto, esses mesmos territórios também desenvolvem formas coletivas de enfrentamento que fortalecem o pertencimento comunitário e ampliam as possibilidades de cuidado em saúde mental.

A compreensão do sofrimento psíquico a partir de seus determinantes sociais vem sendo fortalecida por estudos recentes que evidenciam a relação entre desigualdades estruturais e saúde mental. Pesquisas demonstram que fatores como pobreza, racismo, violência urbana e precarização das condições de vida aumentam significativamente os riscos de sofrimento psicológico, especialmente entre mulheres, população negra, juventudes periféricas e outros grupos socialmente vulnerabilizados (World Health Organization, 2022; Organização Pan-

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

Americana da Saúde, 2023). Nesse contexto, torna-se insuficiente adotar abordagens exclusivamente individualizantes para compreender os processos de adoecimento, sendo necessário considerar as dimensões coletivas que permeiam a produção das subjetividades.

Paralelamente às condições adversas, os territórios periféricos constituem importantes espaços de invenção social, nos quais redes comunitárias de apoio, coletivos culturais, movimentos sociais, organizações religiosas, associações de moradores, iniciativas de economia solidária e práticas de educação popular desempenham papel fundamental na promoção do cuidado coletivo. Essas experiências produzem formas de acolhimento, fortalecimento dos vínculos sociais e construção de identidades coletivas, configurando estratégias de sobrevivência que resistem às diversas formas de exclusão e violência institucional (Freire, 2021; Merhy, 2015; Santos, 2021).

Nessa perspectiva, discutir o sofrimento psíquico em territórios periféricos implica reconhecer que o cuidado em saúde mental ultrapassa os limites dos serviços especializados e se constitui também nas relações comunitárias, nas práticas solidárias e nas formas de organização política produzidas cotidianamente pelas populações. Conforme Butler (2021), a interdependência humana evidencia que a vida é sustentada por redes de cuidado, enquanto Mbembe (2020) destaca que, diante das políticas que produzem a precarização da existência, emergem práticas coletivas que reafirmam a vida como espaço de resistência.

A pertinência desta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre saúde mental para além da perspectiva biomédica, compreendendo o sofrimento psíquico como expressão das desigualdades sociais e das múltiplas formas de opressão que atravessam raça, classe e gênero. Além disso, torna-se fundamental reconhecer e valorizar as práticas comunitárias de cuidado desenvolvidas nos territórios periféricos, frequentemente invisibilizadas pelas políticas públicas e pela produção científica tradicional. Ao evidenciar essas experiências, o estudo contribui para o fortalecimento de abordagens interdisciplinares na Psicologia Social, na Saúde Coletiva e nas políticas públicas voltadas à promoção da equidade e dos direitos sociais.

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: como as comunidades periféricas produzem estratégias coletivas de cuidado, pertencimento e resistência diante das desigualdades sociais e de que maneira essas práticas influenciam os processos de subjetivação e o enfrentamento do sofrimento psíquico, considerando os marcadores sociais de raça, classe e gênero?

Com base nesse questionamento, estabelece-se como objetivo geral compreender como comunidades periféricas constroem estratégias coletivas de cuidado, pertencimento e resistência frente às desigualdades sociais, analisando

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

suas contribuições para o enfrentamento do sofrimento psíquico e para a produção de subjetividades.

Como objetivos específicos, pretende-se: (a) discutir o sofrimento psíquico como fenômeno social produzido pelas desigualdades estruturais; (b) analisar a influência dos marcadores de raça, classe e gênero na produção das experiências de sofrimento e exclusão social; (c) identificar as principais redes comunitárias de cuidado presentes nos territórios periféricos; (d) compreender como essas práticas fortalecem processos de pertencimento, solidariedade e resistência coletiva; e (e) refletir sobre as contribuições da Psicologia Social Crítica para a formulação de políticas públicas comprometidas com a promoção da saúde mental, dos direitos humanos e da justiça social.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender o sofrimento psíquico para além de perspectivas individualizantes, reconhecendo-o como um fenômeno social produzido nas intersecções entre desigualdades estruturais, marcadores sociais e condições concretas de vida. Em um contexto marcado pelo aprofundamento das desigualdades no Brasil, especialmente em territórios periféricos, torna-se fundamental analisar como tais contextos impactam a saúde mental das populações, ao mesmo tempo em que produzem formas coletivas de cuidado, solidariedade e resistência.

Além disso, observa-se uma lacuna na literatura que articule, de maneira integrada, os processos de sofrimento psíquico e as práticas comunitárias de cuidado desenvolvidas nesses territórios, frequentemente invisibilizadas pelas abordagens tradicionais da Psicologia e das políticas públicas. Assim, este artigo contribui para ampliar o debate na Psicologia Social Crítica e na Saúde Coletiva, reforçando a importância de práticas intersetoriais e territorializadas voltadas à promoção da vida, da autonomia e da justiça social.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Psicologia Social Crítica e produção das subjetividades

A Psicologia Social Crítica emerge como uma perspectiva teórico-metodológica comprometida com a compreensão dos fenômenos psicológicos em sua relação indissociável com os contextos históricos, políticos, econômicos e culturais. Diferentemente das abordagens individualizantes, essa perspectiva entende que a constituição da subjetividade ocorre nas relações sociais e nas condições concretas de existência, sendo atravessada por processos de exclusão, desigualdade e disputas de poder (Lane, 2006; Martín-Baró, 2017).

No contexto latino-americano, Lane (2006) foi uma das principais responsáveis pela consolidação da Psicologia Social Crítica no Brasil. Para a autora, a Psicologia deve compreender o sujeito como um ser histórico e social,

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

cujas experiências são construídas nas relações estabelecidas com o mundo. Lane (2006) critica a tradição positivista da Psicologia por privilegiar explicações individualistas do sofrimento humano e propõe uma prática comprometida com a transformação das condições sociais produtoras das desigualdades. Assim, a subjetividade deixa de ser entendida como atributo exclusivamente interno e passa a ser concebida como resultado das interações entre indivíduo, sociedade e cultura.

Complementando essa perspectiva, Ignacio Martín-Baró (2017), precursor da Psicologia da Libertação, defende que o sofrimento psíquico nos países latino-americanos deve ser compreendido a partir das estruturas de opressão que marcam a realidade social. Segundo o autor, pobreza, violência, desigualdade e autoritarismo produzem formas específicas de sofrimento que não podem ser analisadas separadamente das condições políticas e econômicas. Dessa forma, a Psicologia assume um compromisso ético com os grupos historicamente marginalizados, buscando fortalecer processos coletivos de emancipação e justiça social.

Spink (2013) amplia essa discussão ao enfatizar que os sentidos produzidos sobre a realidade são construídos por meio das práticas discursivas cotidianas. Para a autora, a linguagem não apenas descreve o mundo, mas participa ativamente da produção das subjetividades, das identidades e das formas de interação social. Os discursos sobre pobreza, violência, periferia e saúde mental influenciam diretamente a maneira como indivíduos e comunidades interpretam suas experiências, podendo tanto reproduzir estigmas quanto fortalecer processos de resistência e pertencimento.

Na mesma direção, Santos (2021) propõe uma crítica às formas hegemônicas de produção do conhecimento, argumentando que as experiências vividas pelas populações periféricas frequentemente são invisibilizadas pelos modelos científicos tradicionais. Sua proposta das Epistemologias do Sul reconhece que os saberes produzidos nos territórios populares possuem legitimidade e constituem importantes instrumentos para compreender as práticas coletivas de cuidado, solidariedade e organização comunitária. Essa perspectiva amplia o entendimento da subjetividade ao reconhecer que ela também é produzida pelas experiências de resistência desenvolvidas nos contextos de exclusão.

Dessa maneira, a Psicologia Social Crítica compreende que a produção das subjetividades ocorre na interface entre condições materiais de existência, relações de poder, práticas culturais e experiências coletivas. O sofrimento psíquico, portanto, não representa apenas uma manifestação individual, mas expressa processos históricos de desigualdade que atravessam a vida cotidiana das populações periféricas.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

2.2 Sofrimento psíquico em contextos de desigualdade

O sofrimento psíquico constitui uma experiência profundamente relacionada às condições sociais nas quais os sujeitos vivem. Em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, violência e exclusão, o adoecimento mental não pode ser reduzido a fatores exclusivamente biológicos ou individuais, devendo ser compreendido como expressão das múltiplas formas de precarização da vida.

Butler (2021) argumenta que toda existência humana é caracterizada pela vulnerabilidade e pela interdependência. Entretanto, essa vulnerabilidade é distribuída de maneira desigual, uma vez que determinados grupos sociais encontram-se mais expostos à violência, à pobreza e à ausência de políticas públicas. A autora denomina esse processo de precarização diferencial da vida, evidenciando que raça, classe, gênero e território influenciam diretamente as possibilidades de acesso à proteção social e ao cuidado.

Já Fanon (2020), ao analisar os impactos psicológicos do colonialismo, demonstra que o racismo produz formas permanentes de sofrimento subjetivo. Para o autor, a violência colonial não atua apenas sobre os corpos, mas também sobre as identidades, produzindo sentimentos de inferiorização, exclusão e desumanização. Essa reflexão permanece atual ao considerar os efeitos do racismo estrutural nas populações negras residentes em territórios periféricos brasileiros.

Mbembe (2020), por sua vez, amplia essa discussão ao desenvolver o conceito de necropolítica, entendido como o conjunto de mecanismos por meio dos quais determinados grupos sociais são sistematicamente expostos à morte, à violência e à precarização. Nos territórios periféricos, a ausência de direitos, a violência policial e a desigualdade socioeconômica revelam formas contemporâneas de gestão desigual da vida, impactando diretamente a saúde mental das popu

O sociólogo Bourdieu (2020) acrescenta que as desigualdades sociais são reproduzidas por diferentes formas de violência simbólica, responsáveis por naturalizar posições de inferioridade e exclusão. Essa violência atua de maneira silenciosa, influenciando as percepções individuais sobre mérito, fracasso e pertencimento social, contribuindo para a internalização do sofrimento e para a culpabilização das vítimas das desigualdades.

Sob essa perspectiva, compreender o sofrimento psíquico implica reconhecer que saúde mental e justiça social constituem dimensões inseparáveis, exigindo intervenções que considerem os determinantes sociais da saúde.

2.3 Raça, gênero e classe na produção do sofrimento

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

Os marcadores sociais de raça, gênero e classe constituem dimensões fundamentais para compreender as desigualdades na produção do sofrimento psíquico. As experiências de exclusão não ocorrem de forma isolada, mas são resultado da interação entre diferentes sistemas de opressão que estruturam as relações sociais.

Crenshaw (2002), ao formular o conceito de interseccionalidade, demonstra que diferentes formas de discriminação atuam simultaneamente sobre determinados grupos sociais. Mulheres negras, por exemplo, vivenciam experiências específicas de exclusão que não podem ser compreendidas apenas pelas categorias de raça ou gênero isoladamente.

No contexto brasileiro, Akotirene (2019) amplia essa abordagem ao evidenciar que a interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica indispensável para compreender as desigualdades produzidas pelo racismo estrutural, pelo patriarcado e pelo capitalismo. A autora ressalta que os territórios periféricos concentram populações historicamente vulnerabilizadas, tornando indispensável uma leitura integrada dessas dimensões.

Carneiro (2019) destaca que o racismo estrutura o acesso desigual aos direitos sociais, influenciando diretamente as oportunidades de educação, trabalho, renda, saúde e segurança. Segundo a autora, o sofrimento psíquico experimentado pela população negra está intimamente relacionado às experiências permanentes de discriminação e invisibilidade social.

Da mesma forma, Gonzalez (2020) evidencia que mulheres negras enfrentam formas específicas de exclusão decorrentes da combinação entre racismo, sexismo e desigualdade econômica. Para a autora, reconhecer essas múltiplas opressões é condição indispensável para construir práticas de cuidado comprometidas com a equidade e os direitos humanos.

Assim, compreender o sofrimento psíquico em territórios periféricos exige uma abordagem interseccional capaz de analisar como diferentes formas de desigualdade atravessam os processos de subjetivação e influenciam as experiências cotidianas de sofrimento e resistência.

2.4 Redes comunitárias de cuidado

Embora os territórios periféricos sejam frequentemente associados à vulnerabilidade social, esses espaços também constituem importantes cenários de produção de solidariedade, organização política e cuidado coletivo. As redes comunitárias representam estratégias fundamentais para enfrentar os impactos das desigualdades sobre a saúde mental.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

Freire (2021) compreende o cuidado como prática emancipatória baseada no diálogo, na participação social e na construção coletiva do conhecimento. Para o autor, comunidades fortalecidas tornam-se capazes de produzir autonomia e transformação social, rompendo com relações de opressão historicamente estabelecidas.

No campo da saúde coletiva,Paiva (2019) enfatiza que a promoção da saúde deve considerar os direitos humanos, a participação comunitária e os contextos socioculturais em que vivem os sujeitos. Suas contribuições reforçam que o cuidado em saúde mental depende da valorização das experiências coletivas e das redes de apoio existentes nos territórios.

Merhy (2015) propõe que o cuidado em saúde ultrapassa os procedimentos técnicos, sendo produzido principalmente nas relações estabelecidas entre trabalhadores, usuários e comunidades. O autor destaca a importância do chamado "trabalho vivo em ato", no qual o acolhimento, a escuta qualificada e a construção compartilhada das soluções constituem elementos centrais da atenção à saúde.

Complementando essa perspectiva, Minayo (2021) ressalta que os processos saúde-doença devem ser compreendidos em sua complexidade social, considerando aspectos culturais, econômicos, ambientais e políticos. Para a autora, a pesquisa qualitativa possibilita compreender os significados atribuídos pelas comunidades às experiências de sofrimento e cuidado, contribuindo para políticas públicas mais sensíveis às realidades locais.

As redes comunitárias de cuidado manifestam-se por meio de coletivos culturais, associações de moradores, grupos religiosos, organizações não governamentais, movimentos sociais, cozinhas solidárias, projetos esportivos e iniciativas de economia solidária. Essas experiências fortalecem vínculos sociais, promovem pertencimento e ampliam a capacidade coletiva de enfrentamento das adversidades.

2.5 Resistência e políticas da vida

As discussões contemporâneas sobre resistência ampliam a compreensão das estratégias desenvolvidas pelas comunidades periféricas para enfrentar as desigualdades estruturais. Mais do que sobreviver às condições adversas, esses grupos constroem práticas cotidianas de afirmação da vida, da dignidade e dos direitos humanos.

Foucault (2022) compreende que o poder não atua apenas por meio da repressão, mas também na produção de normas, discursos e formas de controle sobre os corpos e as populações. Entretanto, onde existem relações de poder também surgem possibilidades de resistência, expressas nas práticas cotidianas que desafiam as formas de dominação.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

Mbembe (2020), ao discutir a necropolítica, evidencia que determinadas populações são submetidas a formas sistemáticas de abandono e violência institucional. Em resposta, comunidades periféricas desenvolvem práticas de solidariedade, proteção mútua e organização política que reafirmam o direito à vida diante da precarização social. Butler (2021) acrescenta que a resistência emerge das relações de interdependência entre os sujeitos. O cuidado coletivo constitui uma forma de ação política capaz de enfrentar processos de exclusão, produzindo reconhecimento, pertencimento e fortalecimento comunitário. Para a autora, proteger vidas vulnerabilizadas representa também uma prática de transformação social.

Krenak (2019) propõe uma crítica ao modelo contemporâneo de desenvolvimento baseado na exploração da natureza e das pessoas. O autor defende que outras formas de existência são possíveis quando comunidades valorizam a coletividade, os vínculos afetivos, a diversidade cultural e a relação ética com a vida. Sua perspectiva contribui para compreender que o cuidado coletivo não constitui apenas estratégia de sobrevivência, mas também uma forma de produção de futuros socialmente mais justos.

Em síntese, as contribuições desses autores permitem compreender que as práticas coletivas desenvolvidas nos territórios periféricos representam formas concretas de resistência às desigualdades estruturais. Ao fortalecer vínculos comunitários, produzir pertencimento e ampliar redes de solidariedade, essas iniciativas

3 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica narrativa **(Flick,2009)**.A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender o sofrimento psíquico e as práticas coletivas de cuidado em territórios periféricos como fenômenos complexos, produzidos nas relações sociais, históricas, culturais e políticas, cuja análise demanda a interpretação crítica dos significados presentes na literatura científica. A pesquisa qualitativa possibilita compreender as múltiplas dimensões que atravessam os processos de subjetivação e as experiências de resistência das comunidades periféricas, favorecendo uma análise contextualizada das desigualdades sociais.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, por buscar ampliar o conhecimento acerca das relações entre sofrimento psíquico, desigualdades estruturais e práticas comunitárias de cuidado, e descritiva, por sistematizar e analisar as principais contribuições teóricas produzidas sobre a temática. Essa combinação metodológica permite identificar diferentes perspectivas presentes na produção científica, bem como compreender as estratégias coletivas

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

desenvolvidas por comunidades periféricas para enfrentar as vulnerabilidades sociais e fortalecer redes de solidariedade.

Como procedimento técnico, foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa, modalidade que possibilita integrar diferentes referenciais teóricos e construir uma análise crítica do conhecimento produzido sobre determinado fenômeno, sem a rigidez metodológica característica das revisões sistemáticas. Essa estratégia mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa, uma vez que permite articular contribuições oriundas da Psicologia Social Crítica, da Saúde Coletiva, das Ciências Sociais e dos Estudos Interseccionais, possibilitando uma compreensão ampliada do sofrimento psíquico e das práticas coletivas de cuidado em contextos de desigualdade.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Portal de Periódicos CAPES, Scopus e Web of Science, selecionadas por reunirem publicações nacionais e internacionais de reconhecida relevância nas áreas da Psicologia, Saúde Coletiva, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Para a realização das buscas, utilizaram-se descritores em português e inglês, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, entre os quais: "sofrimento psíquico", "saúde mental", "territórios periféricos", "psicologia social crítica", "redes comunitárias de cuidado", "subjetividade", "desigualdades sociais", "mental health", "community care", "critical social psychology", "peripheral territories" e "social inequalities".

Os critérios de inclusão compreenderam: artigos científicos publicados entre os anos de 2023 e 2025, disponíveis na íntegra, revisados por pares e relacionados diretamente ao objeto da pesquisa; livros considerados clássicos e indispensáveis para a fundamentação da Psicologia Social Crítica e dos estudos sobre subjetividade, desigualdades e saúde mental; além de documentos técnicos e normativos publicados pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que abordam políticas públicas de saúde mental, determinantes sociais da saúde e estratégias de cuidado comunitário. Também foram incluídas obras de autores de referência, cujas contribuições permanecem fundamentais para a compreensão dos fenômenos investigados, ainda que publicadas em períodos anteriores.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados, trabalhos sem aderência ao tema proposto, publicações sem rigor científico reconhecido, resumos de eventos, editoriais, cartas ao editor, dissertações, teses e documentos que não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

Após a etapa de levantamento, as publicações selecionadas foram submetidas à leitura exploratória, seguida de leitura analítica e interpretativa. Posteriormente, procedeu-se à organização das informações em categorias temáticas, contemplando os seguintes eixos de análise: Psicologia Social Crítica e produção das subjetividades; sofrimento psíquico em contextos de desigualdade; relações entre raça, gênero e classe; redes comunitárias de cuidado; e práticas de resistência e políticas da vida. A análise foi conduzida de forma crítica, buscando identificar aproximações, divergências e contribuições dos diferentes autores para a compreensão do objeto investigado.

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, baseada em documentos de acesso público e sem envolvimento direto de seres humanos, este estudo não necessitou de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação brasileira para pesquisas dessa natureza. A adoção desse percurso metodológico possibilitou reunir e analisar evidências científicas atualizadas, articulando referenciais clássicos e contemporâneos para compreender como as comunidades periféricas constroem estratégias coletivas de cuidado, pertencimento e resistência diante das desigualdades sociais e de seus impactos sobre a saúde mental e os processos de subjetivação.

4 Resultados e Discussões

4.1 O sofrimento produzido pela desigualdade

A análise da literatura evidencia que o sofrimento psíquico vivenciado nos territórios periféricos não pode ser compreendido como um fenômeno exclusivamente individual ou decorrente de predisposições biológicas. Trata-se de uma experiência socialmente produzida, profundamente relacionada às desigualdades estruturais que organizam a sociedade brasileira. A precarização das condições de vida, a violência urbana, o racismo estrutural, a pobreza, a exclusão social e a insegurança alimentar configuram determinantes sociais que afetam diretamente a saúde mental das populações residentes nesses territórios (Butler, 2021; Organização Mundial da Saúde, 2022).

Entre esses fatores, a violência urbana ocupa posição central na produção do sofrimento psíquico. Nos territórios periféricos, a convivência cotidiana com homicídios, conflitos armados, violência policial e criminalidade produz um estado permanente de insegurança, medo e vigilância. Essa exposição contínua compromete o bem-estar psicológico, favorecendo o desenvolvimento de ansiedade, depressão, estresse crônico e sintomas relacionados ao trauma. Além dos impactos individuais, a violência interfere na organização da vida comunitária, restringindo o acesso a espaços públicos, atividades culturais e oportunidades de convivência social.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

Outro elemento estruturante desse sofrimento é o racismo estrutural, compreendido como um sistema histórico que organiza desigualmente o acesso aos direitos, às oportunidades e aos recursos sociais. A literatura demonstra que a população negra é desproporcionalmente afetada pela violência, pela pobreza, pelo desemprego e pelas dificuldades de acesso aos serviços públicos, fatores que ampliam sua vulnerabilidade ao sofrimento psíquico (Carneiro, 2019; Akotirene, 2019). Fanon (2020) já demonstrava que o racismo ultrapassa a dimensão das relações interpessoais, produzindo processos permanentes de inferiorização, desumanização e sofrimento subjetivo.

A pobreza constitui outro importante determinante social da saúde mental. A insuficiência de renda, a precarização das condições habitacionais, a informalidade do trabalho e as dificuldades de acesso à educação e aos serviços de saúde ampliam a sensação de insegurança e reduzem as possibilidades de desenvolvimento humano. Conforme Bourdieu (2020), essas desigualdades produzem formas de violência simbólica que naturalizam posições de inferioridade social, fazendo com que muitos indivíduos atribuam a si mesmos responsabilidades por condições produzidas estruturalmente.

A exclusão social também se manifesta pela negação sistemática de direitos fundamentais. A ausência de equipamentos públicos, oportunidades de trabalho, lazer, cultura e mobilidade urbana contribui para o isolamento social e para a fragilização dos vínculos comunitários. Essa realidade reforça processos de invisibilização social que impactam diretamente a autoestima, o sentimento de pertencimento e a percepção de reconhecimento dos sujeitos.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura recente refere-se à insegurança alimentar, agravada pelas crises econômicas e pelos efeitos sociais da pandemia de COVID-19. A dificuldade de acesso regular a alimentos adequados representa não apenas um problema nutricional, mas também uma importante fonte de sofrimento emocional, especialmente para famílias em situação de pobreza. A preocupação constante com a sobrevivência cotidiana produz elevados níveis de estresse, ansiedade e desesperança, comprometendo a qualidade de vida das comunidades.

Esses diferentes fatores demonstram que o sofrimento psíquico em territórios periféricos resulta da interação entre múltiplas desigualdades sociais. Sob essa perspectiva, compreender a saúde mental exige reconhecer os determinantes sociais que estruturam as condições de vida das populações, superando interpretações centradas exclusivamente na dimensão individual do adoecimento.

4.2 Redes comunitárias como tecnologias de cuidado

Embora as desigualdades produzam importantes impactos sobre a saúde mental, a literatura evidencia que os territórios periféricos também constituem

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

espaços de intensa produção de solidariedade, organização social e cuidado coletivo. Essas iniciativas representam verdadeiras tecnologias sociais de cuidado, construídas a partir das necessidades locais e do protagonismo comunitário.

Entre as principais estratégias identificadas destacam-se os coletivos culturais, que desenvolvem atividades relacionadas à música, dança, teatro, literatura, audiovisual e artes urbanas. Além de promoverem o acesso à cultura, esses espaços fortalecem a autoestima, estimulam a participação social e possibilitam a construção de novas narrativas sobre a identidade periférica. Ao valorizarem as experiências locais, os coletivos culturais contribuem para a redução do estigma social frequentemente associado às periferias.

As associações de moradores desempenham igualmente papel relevante na organização comunitária. Por meio da mobilização coletiva, essas organizações articulam reivindicações por melhores condições de infraestrutura, segurança, educação, saúde e saneamento básico, fortalecendo processos democráticos de participação social. Além disso, funcionam como importantes espaços de acolhimento e apoio entre os moradores, ampliando as redes locais de solidariedade.

Os movimentos de mulheres também se destacam como importantes agentes de cuidado comunitário. Em muitos territórios periféricos, mulheres organizam grupos de apoio, ações de enfrentamento à violência doméstica, campanhas de segurança alimentar, iniciativas de geração de renda e projetos voltados ao fortalecimento da autonomia feminina. Essas experiências evidenciam o protagonismo das mulheres na construção cotidiana de estratégias de cuidado e resistência.

Outro exemplo significativo são as cozinhas solidárias e os bancos comunitários de alimentos, intensificados nos últimos anos em resposta ao aumento da insegurança alimentar. Essas iniciativas ultrapassam a simples distribuição de alimentos, constituindo espaços de convivência, fortalecimento de vínculos e produção de redes de apoio mútuo.

As redes religiosas também exercem papel importante na promoção do cuidado em saúde mental. Igrejas, comunidades e grupos espirituais frequentemente oferecem acolhimento, apoio emocional, atividades comunitárias e ações assistenciais, funcionando como espaços de pertencimento para muitas famílias. Embora possuam diferentes orientações religiosas, essas organizações frequentemente estabelecem relações de cooperação com outros atores comunitários.

A educação popular, inspirada nas contribuições de Freire (2021), representa igualmente uma estratégia fundamental de fortalecimento comunitário. Ao estimular o diálogo, a participação e a construção coletiva do conhecimento,

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

essas práticas favorecem o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia dos sujeitos, ampliando sua capacidade de enfrentar as desigualdades sociais.

Os estudos analisados demonstram que essas redes comunitárias não substituem as responsabilidades do Estado, mas complementam e fortalecem as estratégias de promoção da saúde mental, constituindo importantes mecanismos de proteção psicossocial e fortalecimento da vida coletiva.

4.3 Produção de subjetividades

A produção das subjetividades constitui um processo contínuo, construído nas relações sociais e atravessado pelas experiências de desigualdade, pertencimento e resistência. Sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica, a subjetividade não corresponde a uma característica exclusivamente individual, mas resulta das interações entre sujeitos, cultura, história e condições materiais de existência (Lane, 2006; Spink, 2013 **Collins,2029)**.

Nos territórios periféricos, o sentimento de pertencimento emerge como um importante fator de proteção à saúde mental. A identificação com a comunidade, o compartilhamento de experiências e a construção de vínculos afetivos fortalecem o apoio social e reduzem os efeitos do isolamento provocado pelas desigualdades. As redes comunitárias favorecem o desenvolvimento de relações de confiança e solidariedade, fundamentais para o enfrentamento das adversidades cotidianas.

A construção da identidade também assume papel central na produção das subjetividades. Historicamente, os territórios periféricos foram associados à violência, à pobreza e à marginalidade. Entretanto, a literatura evidencia que movimentos culturais, organizações comunitárias e iniciativas locais têm produzido novas formas de representação desses espaços, valorizando suas potencialidades, saberes e produções culturais. Essa ressignificação fortalece a autoestima coletiva e contribui para o rompimento de estigmas historicamente construídos.

Outro elemento relevante refere-se ao reconhecimento social. Conforme Butler (2021), a possibilidade de ser reconhecido como sujeito de direitos constitui condição fundamental para a construção da dignidade humana. Nos territórios periféricos, as práticas coletivas de cuidado ampliam as oportunidades de reconhecimento mútuo, fortalecendo vínculos comunitários e valorizando trajetórias frequentemente invisibilizadas pelos discursos hegemônicos.

As experiências comunitárias também favorecem o desenvolvimento da autonomia, entendida não como independência absoluta, mas como capacidade de participação ativa na construção das próprias condições de vida. A atuação em coletivos, associações e movimentos sociais amplia o protagonismo dos sujeitos e fortalece processos de emancipação individual e coletiva.

ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

Por fim, a resistência cotidiana aparece como uma dimensão permanente da produção das subjetividades. Resistir, nesse contexto, significa construir formas de existência capazes de enfrentar as múltiplas expressões da desigualdade, preservando vínculos, afetos, projetos de vida e práticas de solidariedade. Essas experiências demonstram que, mesmo diante da precarização, os territórios periféricos produzem modos de viver que afirmam a dignidade, a esperança e a defesa da vida.

4.4 Implicações para a Psicologia Social

Os resultados discutidos neste estudo evidenciam importantes implicações para a atuação da Psicologia Social, especialmente no desenvolvimento de práticas comprometidas com os direitos humanos, a equidade e a transformação social. A compreensão do sofrimento psíquico como fenômeno social exige que a atuação psicológica ultrapasse modelos clínicos individualizantes e incorpore estratégias voltadas à realidade dos territórios e das comunidades.

Nesse sentido, destaca-se a importância da atuação territorial, caracterizada pela inserção dos profissionais nos contextos onde vivem os sujeitos. Essa perspectiva permite reconhecer os recursos comunitários existentes, fortalecer redes locais de cuidado e desenvolver intervenções construídas em diálogo com as necessidades da população. O território deixa de ser apenas um espaço geográfico para tornar-se um elemento central na compreensão dos processos de saúde, adoecimento e produção das subjetividades.

Outra implicação refere-se à necessidade de práticas interdisciplinares. O enfrentamento das desigualdades sociais demanda a articulação entre Psicologia, Serviço Social, Saúde Coletiva, Educação, Assistência Social, Direito e demais áreas comprometidas com a garantia dos direitos sociais. A construção compartilhada das intervenções amplia a capacidade de resposta às múltiplas necessidades presentes nos territórios periféricos.

A literatura também evidencia a relevância das políticas públicas para a promoção da saúde mental. Programas voltados à redução das desigualdades sociais, à segurança alimentar, à educação, à cultura, ao trabalho e à habitação constituem importantes estratégias de prevenção do sofrimento psíquico, reafirmando que saúde mental depende das condições concretas de vida da população.

Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha papel fundamental ao reconhecer a saúde como direito universal e dever do Estado. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a Estratégia Saúde da Família (ESF) e a Atenção Primária à Saúde representam importantes dispositivos para o cuidado integral em saúde mental,

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

especialmente quando articulados com as redes comunitárias existentes nos territórios.

Da mesma forma, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) contribui significativamente para a proteção social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Equipamentos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) desenvolvem ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, prevenção das situações de risco e garantia de direitos, constituindo importantes parceiros das políticas de saúde mental.

Assim, os achados desta pesquisa reforçam que a Psicologia Social possui papel estratégico na construção de práticas profissionais comprometidas com a justiça social, o fortalecimento das redes comunitárias e a promoção da saúde mental. Ao reconhecer os territórios periféricos como espaços de produção de saberes, cuidado e resistência, amplia-se a possibilidade de desenvolver intervenções que valorizem o protagonismo comunitário e contribuam para a construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e socialmente justas.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo compreender como as comunidades periféricas constroem estratégias coletivas de cuidado, pertencimento e resistência diante das desigualdades sociais, considerando os processos de subjetivação atravessados pelos marcadores de raça, classe e gênero. A partir da revisão bibliográfica narrativa e da articulação entre referenciais da Psicologia Social Crítica, da Saúde Coletiva e dos estudos sobre desigualdades sociais, foi possível evidenciar que o sofrimento psíquico vivenciado nesses territórios não pode ser compreendido como um fenômeno exclusivamente individual, mas como resultado das condições históricas, políticas, econômicas e culturais que estruturam a sociedade brasileira.

Os resultados analisados demonstram que fatores como a violência urbana, o racismo estrutural, a pobreza, a exclusão social e a insegurança alimentar constituem importantes determinantes sociais da saúde mental. Essas condições produzem impactos significativos sobre a qualidade de vida, influenciando a constituição das subjetividades, o acesso aos direitos e as possibilidades de participação social. Entretanto, o estudo também evidencia que os territórios periféricos não se caracterizam apenas pela vulnerabilidade. Ao contrário, são espaços de intensa produção de solidariedade, organização comunitária e construção de redes coletivas de cuidado que fortalecem o pertencimento, a autonomia e a resistência cotidiana.

As análises permitiram identificar que iniciativas como coletivos culturais, associações de moradores, movimentos de mulheres, cozinhas solidárias, redes

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

religiosas e práticas de educação popular desempenham papel fundamental na promoção da saúde mental e na construção de vínculos sociais. Essas experiências revelam que o cuidado não se limita aos serviços especializados, sendo produzido também nas relações comunitárias, na cooperação entre os sujeitos e na valorização dos saberes locais. Assim, as práticas coletivas de cuidado configuram importantes estratégias de enfrentamento das desigualdades e de fortalecimento das comunidades, reafirmando a vida diante de contextos marcados pela precarização e pela negação de direitos.

No campo da Psicologia Social, este estudo contribui ao reforçar a importância de abordagens críticas que compreendam os processos psicológicos em sua dimensão histórica e social. A pesquisa evidencia que a atuação profissional deve ultrapassar perspectivas centradas exclusivamente no indivíduo, reconhecendo os determinantes sociais da saúde mental e valorizando as práticas comunitárias como espaços legítimos de produção de cuidado, subjetividade e emancipação social. Além disso, reafirma o compromisso ético da Psicologia com a promoção dos direitos humanos, da justiça social e da participação coletiva.

No âmbito da Saúde Coletiva, os resultados fortalecem a compreensão de que a promoção da saúde mental depende da articulação entre diferentes políticas sociais e da integração entre serviços formais e redes comunitárias. O reconhecimento dos determinantes sociais da saúde amplia as possibilidades de construção de estratégias intersetoriais que considerem as especificidades dos territórios periféricos e valorizem o protagonismo das comunidades na elaboração de respostas às suas próprias necessidades.

Quanto às Políticas Públicas, a pesquisa destaca a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da Atenção Primária à Saúde, bem como do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reconhecendo a importância da atuação territorial, da participação social e da construção de políticas intersetoriais. Investimentos em educação, cultura, segurança alimentar, habitação, trabalho, assistência social e combate às desigualdades estruturais constituem elementos indispensáveis para a promoção da saúde mental e para a redução das vulnerabilidades sociais.

Apesar das contribuições apresentadas, esta pesquisa possui algumas limitações. Por tratar-se de uma revisão bibliográfica narrativa, os resultados estão fundamentados na interpretação da produção científica disponível, não contemplando a realização de pesquisa de campo junto às comunidades periféricas. Além disso, embora tenham sido priorizados estudos publicados entre 2019 e 2025, a disponibilidade de pesquisas específicas sobre determinadas experiências comunitárias ainda é limitada, o que restringe a abrangência de algumas análises.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

Diante dessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos empíricos em diferentes territórios periféricos, utilizando metodologias qualitativas, quantitativas ou mistas, capazes de aprofundar a compreensão das experiências concretas de cuidado coletivo, pertencimento e resistência. Também se sugere a ampliação de investigações sobre os impactos das redes comunitárias na promoção da saúde mental, a avaliação de políticas públicas voltadas às populações periféricas e a análise das contribuições das perspectivas interseccionais para a formulação de estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais.

Conclui-se, portanto, que compreender o sofrimento psíquico a partir das condições concretas de existência representa um importante avanço para a Psicologia Social e para a Saúde Coletiva. Ao reconhecer as comunidades periféricas como espaços de produção de saberes, solidariedade, cuidado e resistência, amplia-se a possibilidade de construir práticas profissionais e políticas públicas comprometidas com a defesa da vida, a promoção da equidade e o fortalecimento da cidadania. Nesse sentido, valorizar as experiências coletivas desenvolvidas nesses territórios significa reconhecer não apenas suas vulnerabilidades, mas, sobretudo, sua capacidade de produzir alternativas sociais fundamentadas na cooperação, na dignidade humana e na transformação das realidades marcadas pelas desigualdades estruturais.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade.* São Paulo: Jandaíra, 2019.

ARONSON, Elliot; ARONSON, Joshua**.** *O animal social*. Tradução de Marcello Borges. 1. ed. São Paulo: Goya, 2023

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo***.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

COLLINS, Patricia Hill**.** *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial.* Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).* Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BUTLER, Judith. *A força da não violência: um vínculo ético-político.* São Paulo: Boitempo, 2021.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/x18wwe16
Pages: 1-20

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida.* São Paulo: Pólen, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Salvador: EDUFBA, 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. *O que é Psicologia Social*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade.* São Paulo: n-1 edições, 2020.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo. 4*. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All.* Geneva: World Health Organization, 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *A saúde mental deve ser uma prioridade global para todos.* Washington, DC: OPAS, 2023.

PAIVA, Vera. *Direitos humanos e vulnerabilidade: contribuições para a promoção da saúde*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O futuro começa agora: da pandemia à utopia.* São Paulo: Boitempo, 2021.

SPINK, Mary Jane Paris (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013